

Crise no STF e eleições: *a democracia brasileira em jogo*

Às vésperas da eleição, vazamentos sobre o escândalo do Caso Master, que envolve desvio de dinheiro público, incendiaram a mídia e as redes sociais. Informações sobre conversas do ex-banqueiro preso, Daniel Vercaro, em relações suspeitas com figuras como o senador Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência, e integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), entre outros, geram uma crise de confiança nas instituições, que pode afetar a própria democracia e o futuro do Brasil como nação soberana.

Os eleitores têm o direito de conhecer fatos relevantes sobre quem pretende governá-lo. Não deveria haver impasse sobre abrir o sigilo das conversas relacionadas aos casos Master e INSS para que os culpados fossem punidos após a devida investigação. Afinal, ninguém pode estar

acima da lei. O problema começa quando investigações e informações sigilosas passam a circular seletivamente como armas políticas.

No dia 15 de setembro, aconteceu uma sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a condução do caso do ministro Alexandre de Moraes e a possibilidade de julgamento conjunto com o processo de André Mendonça, ambos figuram em conversas registradas nos celulares de Vercaro, apreendidos pela PF. O plenário terminou sem decisão sobre o mérito após um placar de 4 a 3 na questão de ordem e um pedido de vista do ministro Flávio Dino, que tem 90 dias para se manifestar.

A lenha na fogueira do STF foi a demissão do diretor-geral da Polícia Federal, que integra o poder executivo, Andrei Rodrigues, e do

diretor de Inteligência do órgão, Leandro Almada, pelo ministro André Mendonça. A ilegalidade do ato foi questionada pelo ministro Flávio Dino e pelo presidente do STF, Edson Fachin, que reconduziu os dois delegados aos cargos. Lembrando que foi a Polícia Federal, neste governo, que colocou Vercaro na cadeia.

A CUT, que historicamente tem atuado na defesa intransigente da democracia, divulgou nota considerando que conflitos no interior do STF devem ser tratados com rigor, prudência, transparência e respeito às instituições. Também alerta para que essas questões não criem uma cortina de fumaça sobre problemas que afetam a democracia, como o escândalo do Banco Master no qual diversas personalidades estão envolvidas e devem explica-

ção, e nem desviem o país dos debates que efetivamente interessam à população, especialmente em um período eleitoral.

A nota destaca que temas como o fim da escala 6x1, a segurança pública, a soberania sobre as terras raras e os minerais estratégicos, a geração de emprego e renda e os direitos da classe trabalhadora precisam estar no centro da agenda nacional.

A coordenadora-geral do Sindipetro/MG, Carmen Lúcia Rodrigues, chama a atenção sobre os impactos da crise do STF nas eleições, que podem ultrapassar os próximos quatro anos, diante de interesses internacionais nas riquezas naturais da América Latina. “Não vamos aceitar mais golpes. Somente com instituições fortes, a soberania nacional será garantida”, opina.

20 anos do pré-sal: soberania energética em disputa

Os 20 anos da descoberta do pré-sal reacendem o debate sobre o papel do Estado brasileiro e da Petrobrás na gestão de uma das maiores riquezas energéticas do país. A descoberta do pré-sal transformou o Brasil em uma das principais potências produtoras de petróleo do mundo. No entanto, mudanças realizadas nos últimos anos ampliaram a participação de empresas multinacionais na exploração dessas riquezas e reduziram a capacidade de coordenação do Estado brasileiro sobre um recurso estratégico para o desenvolvimento nacional.

O pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Francimar Ferreira, alerta para os riscos da redução do papel do Estado e da Petrobrás na exploração das reservas do pré-sal. O Ineep defende o fortalecimento da Petrobrás e do regime de partilha, além da revisão dos leilões em oferta permanente, para garantir soberania energética, desenvolvimento social e apoio à transição energética.

O pré-sal transformou estruturalmente a indústria petrolífera brasileira. Entre 2006 e 2025, o Brasil registrou forte expansão das reservas provadas de petróleo e gás e um expressivo aumento da produção, alcançando a sétima posição entre os maiores produtores mundiais. Esse avanço, porém, não foi acompanhado pela expansão da capacidade de refino do parque nacional, o que consolidou o país como um grande exportador de petróleo cru. Desde 2024, o petróleo tornou-se o principal produto da pauta de exportações brasileira.

Em 2016, no pós-golpe, a Lei nº 13.365 retirou a Petrobrás da condi-



ção de operadora única. Com isso, a Petrobrás passou a deter apenas o direito de preferência para atuar como operadora, com participação mínima de 30% nos blocos que optasse por integrar. A partir de 2017, diversos blocos passaram a ser adquiridos em consórcios sem participação da estatal. O processo foi aprofundado com a venda, entre 2018 e 2021, das participações da estatal nos campos de Lapa e Bacalhau, possibilitando o surgimento dos primeiros campos produtores do pré-sal sem a participação da empresa

brasileira.

O pesquisador chama atenção para o 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha, que será realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2026. A avaliação é de que a concentração de um grande número de áreas em um único leilão amplia a possibilidade de participação de petroleiras multinacionais e pode aumentar a transferência das rendas geradas pelo pré-sal para empresas que nem sempre convergem com o interesse público nacional.

Envie demandas de SMS e RH para o Sindicato!

No dia 6 de outubro, o Sindipetro/MG se reunirá com a gestão de SMS e de RH da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim. Na reunião, o Sindicato levará as demandas da categoria petroleira em Minas Gerais, cobrando da empresa esclarecimentos e encaminhamentos.

Com o objetivo de contribuir com a definição das pautas, o Sindicato convida trabalhadoras e trabalhadores a enviar sugestões, relatos e informações detalhadas sobre demandas relacionadas a SMS e RH para o e-mail secretaria@sindipetromg.org.br. Escreva SMS/RH no assunto do e-mail.

As informações serão compiladas e apresentadas à Petrobrás pela diretoria do Sindicato, com garantia de anonimato.